



Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional de Lisboa 2021-2027

Resumo Não Técnico

Ficha Técnica

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional de Lisboa 2021-2027

Resumo Não Técnico

Autoria: Sociedade Portuguesa de Inovação

Coordenação Global: Augusto Medina

Equipa Técnica: Isabel Morais, Hugo Magalhães, Joana Monte, Leonel Ferreira, Raquel Gonçalves e Sérgio Alves

Índice

1. Introdução	1
2. Objeto de avaliação: o que se avaliou?	2
3. Objetivos e Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica	4
4. Fatores Críticos para a Decisão	6
5. Avaliação Estratégica	11
6. Plano de Seguimento	17
7. Conclusões	22

1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental Preliminar do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Programa Regional de Lisboa (PRL) 2021-2027.

O PRL é o instrumento que define as estratégias e as prioridades de investimento regional baseadas na operacionalização dos fundos estruturais (FEDER e FSE+), contribuindo assim para a implementação da Política de Coesão da União Europeia (UE) para o período de 2021-2027.

Com os resultados da presente AAE pretende-se influenciar de forma positiva o PRL por forma a garantir que as questões ambientais e de sustentabilidade sejam tidas em conta e valorizadas pela programação 2021-2027. Para o efeito, dá-se especial ênfase às oportunidades e aos riscos decorrentes da aplicação do Programa de modo a que as oportunidades possam ser potenciadas, e os riscos possam ser prevenidos ou minimizados.

Além disso, a sujeição do PRL 2021-2027 a AAE assegura a aplicação da Convenção de Aarhus, de 25 de junho de 1998, que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente.

O presente Resumo Não Técnico acompanha o Relatório Ambiental Preliminar referente à avaliação do PRL 2021-2027. Este documento tem como objetivo facilitar a divulgação da AAE durante o período de consulta pública, apresentando em linguagem simples e resumida o conteúdo da avaliação realizada de forma a permitir que o público em geral se familiarize com as principais oportunidades e riscos relacionados com o Programa. Quem pretender obter informação mais detalhada e técnica sobre a AAE do PRL 2021-2027 deverá consultar o Relatório Ambiental Preliminar.

2. Objeto de avaliação: o que se avaliou?

O PRL 2021-2027 tem como área de intervenção a Área Metropolitana de Lisboa – AML (NUTS II e NUTS III). A AML engloba 18 municípios da Grande Lisboa (Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira) e da Península de Setúbal (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal).

O PRL, em complementaridade com outros instrumentos de financiamento europeus e nacionais, pretende contribuir para a concretização da Política de Coesão para o período de 2021-2027, conferindo grande prioridade à criação de uma nova dinâmica de desenvolvimento regional que permita restabelecer uma trajetória de convergência económica com a UE.

Para o efeito, o PRL 2021-2027 foi estruturado tendo por base um conjunto de eixos / prioridades, relacionados com os objetivos de política (OP) estabelecidos no quadro regulamentar relativo à Política de Coesão (Figura 1).



Figura 1. Eixos / prioridades e objetivos de política do PRL 2021-2027.

Cada eixo compreende ainda um conjunto de objetivos específicos (Tabela 1).

Tabela 1. Eixos, objetivos de política e objetivos específicos do PRL 2021-2027.

Eixos / OP	Objetivos específicos
Eixo 1 Competitividade e Inovação (OP1)	<ul style="list-style-type: none"> – (1) Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas (3) Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (4) Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Eixos / OP		Objetivos específicos
Eixo 2A – Sustentabilidade e Resiliência e Eixo 2B – Mobilidade Urbana (OP2)	–	<p>(1) Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa</p> <p>(4) Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas</p> <p>(6) Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos</p> <p>(7) Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição</p> <p>(8) Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono</p>
Eixo 4 – Demografia e Inclusão (OP4)	–	<p>(2) Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha</p> <p>(5) Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade</p> <p>(A) Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social</p> <p>(D) Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde</p> <p>(G) Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional</p> <p>(H) Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos</p> <p>(K) Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados</p>
Eixo 5 – Desenvolvimento Urbano (OP5)	–	<p>(1) Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas</p>

3. Objetivos e Metodologia da Avaliação Ambiental Estratégica

A AAE dos efeitos de determinados planos e programas encontra-se consubstanciada no regime jurídico nacional pelo Decreto-Lei (DL) n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio) que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, e da Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio que reforça os mecanismos de participação pública na UE.

Segundo a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, o objetivo global de uma avaliação ambiental consiste em “estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável” (Artigo 1.º).

O propósito da presente AAE é o de assegurar, através da adoção de um procedimento e da participação do público e de Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE), que as consequências ambientais PRL 2021-2027 são previamente identificadas e avaliadas durante a fase de elaboração e antes da sua adoção.

A abordagem metodológica adotada para a AAE do PRL 2021-2027 suportou-se nas recomendações da Diretiva nº 2001/42/CE, de 27 de junho, nas disposições do DL n.º 232/2007, de 15 de junho e nas orientações metodológicas da Agência Portuguesa do Ambiente constantes do “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica”¹.

A AAE, enquanto abordagem metodológica de natureza estratégica, pretende assegurar:

- Que a preparação do Relatório Ambiental é focalizada nos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) e que são explicitados os efeitos sobre o ambiente considerados significativos e as alternativas identificadas;
- Que são realizadas consultas às ERAE e ao público em geral;
- Que o Relatório Ambiental e os resultados das consultas são tidos em consideração antes da aprovação do Programa;
- Que depois da aprovação do Programa, a informação relevante será disponibilizada aos interessados;

¹ Partidário, M. (2012). Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE

- Que os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Programa são devidamente monitorizados.

A presente AAE focalizou-se nos aspetos considerados relevantes que, cumprindo com a legislação, evitassem descrições demasiado detalhadas tendo em conta a escala de elaboração do PRL 2021-2027. Pretendeu-se com esta aproximação avaliar como as estratégias do Programa integram as dimensões ambientais e de sustentabilidade relevantes, e de que forma se adequam para dar resposta às oportunidades e riscos associados a este Programa, contribuindo em simultâneo para o cumprimento dos objetivos e metas ambientais e de sustentabilidade das políticas europeias e nacionais.

Neste sentido, a abordagem metodológica assentou no desenvolvimento de um conjunto de atividades alocadas a 3 fases fundamentais do processo de AAE:

- Contexto para AAE e FCD – estabeleceu o contexto e a focagem estratégica da avaliação, assegurando a focalização da avaliação apenas no que é realmente importante no âmbito do objeto em avaliação. Este exercício materializou-se no Relatório de Definição do Âmbito o qual foi submetido à consulta das ERAE;
- Análise e Avaliação Estratégica – centrou-se na avaliação das oportunidades e riscos associados aos eixos / prioridades e objetivos preconizados pelo PRL para 2021-2027. Esta análise foi focada nos FCD. Para cada um dos FCD foi realizado um diagnóstico estratégico a partir do qual, com base nas questões relevantes refletidas pelos FCD e pelo Quadro de Referência Estratégico, se avaliaram as oportunidades e os riscos decorrentes das opções de desenvolvimento preconizadas pelo Programa. Toda esta informação foi coligida no denominado Relatório Ambiental Preliminar;
- Consulta às ERAE e Consulta Pública – nos termos do disposto no DL n.º 232/2007, de 15 de junho, o processo de AAE é submetido a consulta, quer das entidades que tendo responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PRL 2021-2027, quer do público em geral. O processo de consulta decorre em dois momentos: em sede de Relatório de Definição do Âmbito e em sede de Relatório Ambiental Preliminar. Neste sentido, o Relatório de Definição do Âmbito já foi sujeito a consulta das ERAE, tendo os contributos recebidos sido incluídos no Relatório Ambiental Preliminar, o qual será agora sujeito a consulta quer das ERAE quer do público em geral.

4. Fatores Críticos para a Decisão

Os FCD constituem os temas fundamentais sobre os quais a AAE se deve debruçar, estruturando a análise e a avaliação de oportunidades e riscos. A sua identificação resultou da análise integrada dos seguintes elementos de base estratégica: as Questões Estratégicas do Programa, as Questões Ambientais e de Sustentabilidade relevantes que refletem os problemas críticos identificados e o Quadro de Referência Estratégico que exprime as macropolíticas de referência, bem como planos e programas.

Na Tabela 2 apresentam-se os FCD propostos para avaliação.

Tabela 2. Fatores críticos para a decisão e respetiva descrição.

FCD	Descrição
Inovação e competitividade	Avalia questões como a capacidade de investigação e inovação, a integração de tecnologias avançadas no setor produtivo, a introdução de processos inovadores para atrair mais investimento e atividades na região, bem como competências para a especialização inteligente. Além disso, analisa a competitividade das PME e a criação de emprego através de processos e serviços inovadores. Pretende-se assim contribuir para um desenvolvimento sustentável económico, promovendo processos inovadores.
Energia e eficiência energética	Avalia como o Programa irá contribuir para o aumento das energias renováveis, a redução das emissões de gases com efeito de estufa e a melhoria da eficiência energética. Este fator relaciona-se ainda com a transição para uma economia circular e a mobilidade urbana sustentável. Adicionalmente, avalia o contributo da AML para o cumprimento das metas estabelecidas pela UE ao nível da energia e do clima, nomeadamente para o cumprimento da neutralidade carbónica.
Coesão e desenvolvimento social	Avalia de que forma o Programa garante condições sociais de igualdade e a qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente em termos de emprego, educação, saúde, habitação, cultura e direitos políticos e sociais. Paralelamente, avalia a contribuição do Programa para o desenvolvimento e inclusão social, com especial atenção para grupos e territórios mais vulneráveis.
Património natural e cultural	Avalia como o Programa irá contribuir para a preservação e conservação dos habitats e áreas protegidas, bem como do património cultural existente. Avalia ainda a contribuição do Programa para o restauro e renaturalização, bem como a identificação e gestão dos serviços dos ecossistemas. Adicionalmente, avalia a contribuição do Programa para a proteção e promoção dos recursos naturais e de valorização do património.
Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas	Avalia como o Programa irá contribuir para as questões da transição climática – combate, mitigação e adaptação, nomeadamente em termos de prevenção e minimização de riscos naturais, tecnológicos e mistos, incluindo as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas enquanto fator de risco.

Para cada um dos FCD propostos, foram definidos os critérios de avaliação e respetivos indicadores os quais pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD (Tabela 3).

Tabela 3. Critérios de avaliação e indicadores por FCD.

FCD	Critérios	Indicadores temáticos
Inovação e competitividade	<u>Sistema de Investigação e Inovação</u> – Avalia o contributo do PRL para o crescimento das atividades de investigação, desenvolvimento e inovação e da transferência de conhecimento, de forma a promover uma maior relação entre as empresas e o Sistema Nacional de Investigação e Inovação.	Empregos em I&D (nº) Investimento em I&D (€) Patentes registadas (nº) Publicações científicas indexadas, ponderado por fator de impacto em domínios científicos enquadráveis na estratégia de especialização inteligente (nº)
	<u>Competitividade</u> – Avalia o contributo do PRL para aumentar a intensidade de utilização de tecnologias avançadas como fator de aumento de produtividade e competitividade.	Capacidade de incubação criada Empresas com atividades de inovação (%) Índice de competitividade
Energia e eficiência energética	<u>Energia e eficiência energética</u> – Avalia o contributo do PRL para a otimização do uso de energia.	Consumo de combustíveis (gasolina e gasóleo rodoviário) por região (%) Consumo de energia elétrica (GWh) Consumo de energia primária (Mtep) Intensidade energética da economia em energia final (tep/M€)
	<u>Energias renováveis</u> – Avalia como o PRL apoia a integração de energias renováveis na região.	Produção de energia elétrica a partir de diversas fontes renováveis (eólica, fotovoltaica, biomassa) por região (%) Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis por região (%)
	<u>Economia circular</u> – Avalia como o PRL apoia a transição para uma economia circular, nomeadamente em termos do consumo de recursos naturais como a água e a produção de resíduos.	Consumo de água por habitante (m ³ /hab.) Percentagens de recolha indiferenciada e de recolha seletiva (%) Perdas nos sistemas de abastecimento de água (m ³) Produção de resíduos urbanos por habitante (kg/hab.) Produção total de resíduos urbanos (t) Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%) Reutilização de água residual tratada (m ³)
	<u>Gases e atmosfera</u> – Avalia a produção de gases com efeito de estufa e a qualidade do ar.	Concentração de partículas inaláveis (PM ₁₀ e PM _{2,5}) e de NO ₂ (µg/ m ³) Índice de qualidade do ar

FCD	Crítérios	Indicadores temáticos
Coesão e desenvolvimento social	<u>Emprego</u> – Avalia a proporção da população empregada no total da população.	Ganho médio mensal (€) Taxa de emprego nas diversas faixas etárias (%) Taxa de emprego por género (%)
	<u>Pobreza</u> – Avalia a proporção da população em risco de pobreza.	Pessoas em situação de sem-abrigo (nº) Taxa de intensidade da pobreza (%) Taxa de privação severa das condições de habitação (%) Taxa de risco de pobreza (%)
	<u>Educação</u> – Avalia o nível de formação da população.	Aprendizagem ao longo da vida (%) Percentagem de população com escolaridade inferior ao 3º ciclo (%) Percentagem de população que possui diploma de ensino superior (%) Taxa de abandono escolar (%) Taxa de insucesso escolar (%)
	<u>Serviços públicos</u> – Avalia como o PRL contribui para o acesso aos serviços públicos e de saúde.	Agrupamentos de Centros de Saúde (nº) Estabelecimentos de ensino não superior públicos (nº) Estabelecimentos de ensino superior públicos (nº) Hospitais públicos (nº) Médicos de família (nº) População servida por transportes públicos rodoviários (%) Taxa de utilização das respostas sociais de creches e amas (%) Utentes inscritos nos cuidados de saúde primários (nº) Utentes inscritos nos cuidados de saúde primários sem médico de família (%)
	<u>Infraestruturas</u> – Avalia como o PRL contribui para a requalificação e modernização das infraestruturas.	Edifícios e infraestruturas regenerados ou reabilitados (nº) Proporção de superfície de obras como construção nova vs reabilitação (%) Taxa de acesso ao serviço de internet em banda larga em local fixo por 100 habitantes (%) Taxa de variação da área ocupada por territórios artificializados (%) Uso e ocupação do solo (%)

FCD	Critérios	Indicadores temáticos
	<p><u>Integração social</u> – Avalia o nível de integração de grupos desfavorecidos e migrantes na condição de pessoas indocumentadas, refugiados ou requerentes de asilo, intervenções de coesão social e promoção da cidadania.</p>	<p>Beneficiários do subsídio de desemprego (n.º)</p> <p>Beneficiários RSI (n.º)</p> <p>Beneficiários RSI por 1.000 habitantes em idade ativa (%)</p> <p>Edifícios para habitação social (nº)</p>
<p>Património natural e cultural</p>	<p><u>Valores naturais e paisagísticos</u> – Avalia as características naturais e culturais do território, incluindo aquelas que potenciam a atividade turística.</p>	<p>Avaliação global do estado de conservação dos habitats naturais e das espécies da flora e da fauna da Diretiva Habitat (Favorável, Desfavorável, Mau ou Desconhecido)</p> <p>Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem (€)</p> <p>Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€)</p> <p>Espécies invasoras (nº)</p> <p>Espécies protegidas (nº)</p> <p>Estado global das massas de água subterrâneas (Bom, Medíocre ou Desconhecido)</p> <p>Estado global das massas de água superficiais (Bom e superior, Inferior a bom ou Desconhecido)</p> <p>Estrutura ecológica (ha ou %)</p> <p>Proporção de superfície das áreas classificadas (%)</p> <p>Tendência das populações de aves em Portugal Continental (%)</p>
	<p><u>Turismo</u> – Avalia a contribuição do PRL para o reforço de uma atividade turística que se pretende diferenciadora e que assenta nos recursos naturais e culturais sem comprometer a sua preservação.</p>	<p>Emprego gerado pelo setor do turismo (%)</p> <p>Intensidade turística (dormidas/população residente)</p> <p>Taxa de investimento das empresas em turismo (%)</p> <p>Taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros (%)</p> <p>Valor Acrescentado gerado pelo turismo no VAB (%)</p> <p>Visitantes nas infraestruturas das áreas protegidas (nº)</p> <p>Visitantes que usufruíram de visitas guiadas nas áreas protegidas (nº)</p>

FCD	CrITÉrios	Indicadores temáticos
	<p><u>Património arquitetónico e arqueológico</u> – Avalia como o PRL apoia a valorização do património arquitetónico e arqueológico, potenciando a atratividade turística.</p>	<p>Bens imóveis culturais (nº) Despesas em atividades culturais e criativas dos municípios (€) Despesas em atividades culturais e criativas dos municípios por habitante (€) Galerias e museus (nº) Recintos culturais (nº) Visitantes de museus (nº)</p>
<p>Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas</p>	<p><u>Prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos</u> – Avalia como o PRL apoia a prevenção de riscos e desastres associados às alterações climáticas.</p>	<p>Área ardida (ha) Ocorrência de incêndios rurais (nº) Ocorrência de sismos, cheias e tempestades (nº) Ondas de calor e de frio (nº) Proliferação de vetores transmissores de doenças Superfície do território por classes de aridez (%)</p>
	<p><u>Adaptação às alterações climáticas</u> – Avalia como o PRL apoia as medidas de adaptação às alterações climáticas.</p>	<p>Área correspondente aos pedidos de arborização / rearborização autorizados / validados (ha) Pedidos de arborização / rearborização autorizados / validados (nº) Perfil de Impactes Climáticos Planos e estratégias de adaptação às alterações climáticas</p>

5. Avaliação Estratégica

A avaliação das oportunidades e riscos do PRL 2021-2027 face aos critérios de avaliação propostos para cada FCD foi realizada procedendo a uma apreciação descritiva orientada por cores verde, cinzento e vermelho, consoante se trate de uma oportunidade na perspetiva do FCD; não apresentar qualquer relevância para o FCD em causa; ou apresentar um risco para o FCD, respetivamente. A matriz abaixo demonstra a correspondência das cores aos contributos esperados.

Matriz de avaliação	
	Oportunidade forte
	Oportunidade fraca
	Neutro
	Risco fraco
	Risco forte

Inovação e competitividade

Em matéria de inovação e competitividade, o Eixo 1 apresenta diversas oportunidades para os dois critérios em avaliação. Neste eixo, pretende-se fomentar o investimento em I&D e a colaboração entre as empresas e os centros tecnológicos de forma a melhorar as capacidades de inovação, a competitividade das PME e a internacionalização da região. No caso dos Eixos 2A e 2B, apresentam contributos de menor dimensão para ambos os critérios, nomeadamente através da análise de novos produtos e processos inovadores associados à economia circular, que contribuam para aumentar a competitividade da AML. Relativamente ao Eixo 4, apresenta igualmente contributos de menor dimensão para os dois critérios, uma vez que se pretende a criação de locais de inovação e empreendedorismo, que consequentemente irão aumentar a competitividade das PME. Por fim, o Eixo 5 apresenta-se como oportunidade fraca para a competitividade urbana, nomeadamente através da reabilitação de espaços urbanos e unidades industriais (Tabela 4).

Tabela 4. Matriz de oportunidades e riscos do PRL em matéria de inovação e competitividade.

Eixos PRL	Sistema de Investigação e Inovação	Competitividade
Eixo 1 – Competitividade e Inovação		
Eixo 2A – Sustentabilidade e Resiliência e Eixo 2B – Mobilidade Urbana		
Eixo 4 – Demografia e Inclusão		
Eixo 5 – Desenvolvimento Urbano		

Energia e eficiência energética

Relativamente ao FCD energia e eficiência energética, verifica-se que os Eixos 2A e 2B traduzem-se em oportunidades para todos os critérios em análise. Estes eixos promovem um conjunto de ações que estão diretamente relacionadas com as temáticas em análise, apresentando assim reflexos diretos na promoção de fontes de energia renováveis, na eficiência na utilização e gestão de recursos e na diminuição das formas de poluição, de forma a reduzir, por exemplo, os gases com efeito de estufa. No caso do Eixo 1, como está mais relacionado com a temática da inovação e da competitividade, apresenta apenas contributos de menor dimensão para os critérios de avaliação. Este Eixo apresenta ações relacionadas com bens e serviços inovadores ligados às áreas da economia verde e da eficiência energética e, portanto, poderá beneficiar de forma indireta estas temáticas. Relativamente ao Eixo 4, este não parece apresentar relevância para as temáticas em análise, uma vez que está relacionado com a promoção da inclusão social e igualdade de oportunidades. No que concerne ao Eixo 5, como está focado na promoção de uma AML mais próxima tanto ao nível territorial como ao nível económico, social e ambiental, apresenta contributos para os critérios energia e eficiência energética, e gases e atmosfera (sobretudo com as ações relacionadas com a regeneração de espaços urbanos com usos obsoletos ou abandonados, e com a reabilitação de edifícios com valor patrimonial) (Tabela 5).

Tabela 5. Matriz de oportunidades e riscos do PRL em matéria de energia e eficiência energética.

Eixos PRL	Energia e eficiência energética	Energias renováveis	Economia circular	Gases e atmosfera
Eixo 1 – Competitividade e Inovação				
Eixo 2A – Sustentabilidade e Resiliência e Eixo 2B – Mobilidade Urbana				
Eixo 4 – Demografia e Inclusão				
Eixo 5 – Desenvolvimento Urbano				

Coessão e desenvolvimento social

Em relação ao FCD coessão e desenvolvimento social, verifica-se que os Eixos 4 e 5 representam os maiores contributos para os critérios em análise. No caso do Eixo 4, o objetivo principal é a inclusão social e a igualdade de oportunidades, em termos de emprego, educação e acesso aos serviços públicos. Nesse sentido, são expectáveis ações que promovem estes indicadores nomeadamente através do acesso ao mercado de trabalho, e aos serviços de educação e saúde. Relativamente ao Eixo 5, está concentrado na promoção do desenvolvimento social através do património natural e cultural e do turismo sustentável, assim como no acesso aos serviços educacionais. Nesta temática, há um conjunto de apoios centrados na criação de infraestruturas e equipamentos (educativos, culturais e promotores de novos projetos empresariais como, por exemplo, incubadoras de negócios). Por isso, terá um contributo menor para o FCD em causa. No caso dos Eixos 1, 2A e 2B, devido ao âmbito em que se enquadram, não apresentam efeitos relevantes para a coessão e desenvolvimento social, apenas nalguns critérios de avaliação e de uma forma limitada. As ações definidas no Eixo 1 apenas irão afetar de forma indireta o emprego qualificado e as infraestruturas de I&I. Nos Eixos 2A e 2B, serão promovidos os serviços públicos, as suas infraestruturas e o emprego, ainda que de forma indireta através do investimento na reabilitação energética dos edifícios e da qualificação da rede de transportes públicos. Será ainda promovido o combate à pobreza alimentar, através do apoio a projetos e programas de prevenção do desperdício alimentar (Tabela 6).

Tabela 6. Matriz de oportunidades e riscos do PRL em matéria de coesão e desenvolvimento social.

Eixos PRL	Emprego	Pobreza	Educação	Serviços públicos	Infraestruturas	Integração social
Eixo 1 – Competitividade e Inovação						
Eixo 2A – Sustentabilidade e Resiliência e Eixo 2B – Mobilidade Urbana						
Eixo 4 – Demografia e Inclusão						
Eixo 5 – Desenvolvimento Urbano						

Património natural e cultural

Em matéria de património natural e cultural, o PRL contribui de forma muito ampla através de um conjunto diversificado de ações constantes dos Eixos 2A, 2B e 5. Os Eixos 2A e 2B preconizam um conjunto de intervenções ao nível das alterações climáticas e prevenção de riscos climáticos, e da proteção e conservação dos ecossistemas. Neste contexto, contribui não só para a valorização dos recursos naturais e da biodiversidade com destaque para o turismo de natureza, mas também para a redução das formas de poluição de forma a promover o património natural e cultural. No caso do Eixo 5, as medidas contribuem para o desenvolvimento social, económico e ambiental. A aposta em investimentos na qualidade ambiental e urbanística através de ações de reabilitação e reconversão de espaços e edifícios traduzem-se na valorização dos espaços urbanos e em espaços e ambientes qualificados e modernizados. De referir, contudo, que este Eixo inclui algumas medidas que poderão representar um risco para os valores naturais e paisagísticos por ocupação ou reafectação de espaços livres / naturalizados do sistema urbano a outros usos (designadamente construção de novos equipamentos educativos de ensino básico e secundário) e consequente alteração da estrutura ecológica regional.

Relativamente aos Eixos 1 e 4, apresentam contributos de menor dimensão para alguns dos critérios de avaliação (valores naturais e paisagísticos, e turismo, respetivamente). O Eixo 1 prevê ações como o apoio a projetos de I&D alinhados com os domínios e prioridades da RIS3 Lisboa (e.g. o domínio sustentabilidade ambiental e alimentar, e mitigação de riscos naturais) que podem contribuir para a valorização dos recursos naturais e da biodiversidade. No que concerne ao Eixo 4, inclui ações relacionadas com o apoio ao emprego e empreendedorismo, e com o reforço das condições de empregabilidade de ativos, que podem ter um impacto relevante no setor do turismo (Tabela 7).

Tabela 7. Matriz de oportunidades e riscos do PRL em matéria de património natural e cultural.

Eixos PRL	Valores naturais e paisagísticos	Turismo	Património arquitetónico e arqueológico
Eixo 1 – Competitividade e Inovação			
Eixo 2A – Sustentabilidade e Resiliência e Eixo 2B – Mobilidade Urbana			
Eixo 4 – Demografia e Inclusão			
Eixo 5 – Desenvolvimento Urbano			

Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas

Em matéria de mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas, o PRL contribui de forma mais expressiva através das ações definidas nos Eixos 2A e 2B. Estes eixos preconizam um conjunto de ações que constituem oportunidades para a mitigação e prevenção de riscos naturais incluindo aqui as estratégias de adaptação às alterações climáticas.

Relativamente aos Eixos 1 e 5, apresentam contributos de menor dimensão para os dois critérios de avaliação. O Eixo 1 prevê ações como o apoio a projetos de I&D alinhados com os domínios e prioridades da RIS3 Lisboa (e.g. o domínio sustentabilidade ambiental e alimentar, e mitigação de riscos naturais) que podem contribuir para a mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas. No que concerne ao Eixo 5, inclui igualmente ações que constituem oportunidades para este FCD, sinalizando-se, a título de exemplo, as relacionadas com a regeneração de espaços urbanos com usos obsoletos ou abandonados, com base em projetos integrados que combinem com sucesso os princípios de sustentabilidade (ambiental), estética e inclusão com

vista a encontrar soluções acessíveis, inclusivas, sustentáveis e atrativas para os desafios climáticos.

O Eixo 4 não apresenta um impacto direto para este FCD, concluindo-se assim que não representará uma ameaça para esta temática (Tabela 8).

Tabela 8. Matriz de oportunidades e riscos do PRL em matéria de mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas.

Eixos PRL	Prevenção de riscos naturais, tecnológicos e mistos	Adaptação às alterações climáticas
Eixo 1 – Competitividade e Inovação		
Eixo 2A – Sustentabilidade e Resiliência e Eixo 2B – Mobilidade Urbana		
Eixo 4 – Demografia e Inclusão		
Eixo 5 – Desenvolvimento Urbano		

6. Plano de Seguimento

O plano de seguimento é consubstanciado por um conjunto de diretrizes para a implementação da AAE do PRL 2021-2027. As referidas diretrizes encontram-se divididas em duas componentes distintas:

- Medidas de planeamento e gestão, que correspondem a um conjunto de medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos no ambiente;
- Medidas de monitorização e controlo, que consubstanciam os indicadores do sistema de monitorização da AAE.

Medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos no ambiente

Tendo em consideração os eixos estabelecidos pelo PRL 2021-2027, e tal como se verificou no capítulo anterior, o Programa constitui-se como uma oportunidade para tornar a AML mais sustentável com apostas claras nos domínios da inovação e competitividade, da transição energética e ecológica, da coesão social e do desenvolvimento integrado do território.

Neste contexto, a estratégia do PRL 2021-2027 representa, na sua globalidade, um importante contributo para a consecução da Estratégia Portugal 2030, não tendo sido identificados riscos ambientais significativos resultantes da sua operacionalização. Pelo contrário, foi evidenciada a importância do PRL 2021-2027 para a resolução de um conjunto de problemas e constrangimentos de cariz ambiental com os quais a AML atualmente se depara.

Nesta AAE foi assim dado ênfase ao carácter estratégico das questões ambientais para a elaboração e posterior concretização do PRL 2021-2027, pretendendo-se uma avaliação interventiva e conseqüentemente indutora de comportamentos ambientais no âmbito dos investimentos preconizados no Programa.

Face ao exposto, as medidas que de seguida se apresentam, mais que destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos no ambiente, destinam-se a potenciar e incrementar os resultados positivos esperados:

- MED 1.** Assegurar que nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos são considerados critérios de natureza ambiental, garantindo-se, entre outros, que os projetos apoiados não afetam a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas nem potenciam o risco do ponto de vista do cenário de alterações climáticas;

- MED 2.** Assegurar nos pressupostos orientadores para a elaboração de propostas a inclusão, não só da avaliação dos riscos do(s) projeto(s) para o ambiente, mas também os riscos do ambiente para o(s) projeto(s), avaliando-se a sua vulnerabilidade e resiliência perante situações de ocorrência de acidentes graves e de catástrofes e os efeitos daí decorrentes;
- MED 3.** Privilegiar nas intervenções materiais projetos de construção e operação de infraestruturas que incorporem práticas de construção sustentável e/ou de gestão ambiental passíveis de fornecer um retorno ambiental significativo;
- MED 4.** Privilegiar projetos de requalificação de infraestruturas/ equipamentos/ edifícios existentes em detrimento da construção nova, a menos que o objetivo resulte de uma medida de adaptação às alterações climáticas/ prevenção do risco;
- MED 5.** Assegurar como requisito obrigatório nos projetos de construção/ requalificação de infraestruturas uma avaliação de risco do ponto de vista quer dos sismos quer dos fenómenos meteorológicos extremos na ótica da adaptação às alterações climáticas;
- MED 6.** Promover a responsabilidade ambiental das iniciativas empresariais sujeitas a cofinanciamento pelo Programa, assegurando a internalização dos custos ambientais;
- MED 7.** Assegurar que os incentivos às empresas são preferencialmente dirigidos a projetos de inovação empresarial promotores do uso de energias renováveis, da eficiência energética, do uso eficiente dos recursos, da utilização das melhores técnicas disponíveis e da inovação ambiental. Assegurar igualmente que os incentivos são dirigidos a empresas que detenham ou implementem sistemas de gestão ambiental, visando a redução dos impactes de exploração;
- MED 8.** Privilegiar projetos de carácter inovador assentes no aproveitamento e valorização dos recursos endógenos e naturais da AML;
- MED 9.** Criar condições para a continuidade e aprofundamento das políticas de coesão social e territorial, com recurso à combinação dos instrumentos de programação do financiamento disponíveis, tendo como escopo estratégias de desenvolvimento de base local que enquadrem intervenções territoriais integradas, de incidência intermunicipal, focadas nos territórios e comunidades mais desfavorecidos;
- MED 10.** Apoiar iniciativas e projetos integrados que contribuam para corrigir as assimetrias ainda existentes no território metropolitano em termos de desenvolvimento social e económico e no acesso por determinados estratos da população a bens essenciais e serviços comuns, como sejam o acesso à educação e formação, à saúde e à habitação;

MED 11. Privilegiar o apoio a iniciativas e projetos que contribuam para a qualificação do território, para a melhoria do habitat e para uma contenção no consumo dos recursos, nomeadamente contendo a artificialização do solo por novas ocupações e incentivando os processos de reutilização e refuncionalização de estruturas obsoletas, degradadas e/ou desocupadas;

MED 12. Assegurar a continuidade dos processos de regeneração urbana através do apoio a iniciativas e projetos que deem uma resposta efetiva aos novos desafios colocados pela múltipla transição (económica, digital, energética e verde), que privilegiem o modelo de cidade de proximidade, e que abarquem territórios com maiores necessidades de estruturação e de qualificação.

Medidas de monitorização e controlo

As medidas de controlo previstas consubstanciam o programa de monitorização associado à fase de seguimento da AAE. Estas medidas correspondem essencialmente a indicadores de avaliação (Tabela 9) direcionados para a execução dos projetos e ações, associados a cada FCD identificado.

Os resultados da monitorização deverão ser remetidos pela entidade responsável pela execução do PRL 2021-2027 à Agência Portuguesa do Ambiente, com uma periodicidade anual e considerando como ano de referência 2020, procedendo simultaneamente à sua divulgação por meios eletrónicos (e.g. através da página da internet).

Tabela 9. Indicadores selecionados para monitorização e controlo da AAE.

Indicador	Unidade	Fonte de informação	Frequência de reporte
FCD 1: Inovação e competitividade			
N.º de projetos de investimento produtivo de natureza inovadora na área do ambiente apoiados pelo PRL	N.º	SI PRL	Anual
Orçamento dos projetos de investimento produtivo de natureza inovadora na área do ambiente apoiados pelo PRL	€	SI PRL	Anual
Evolução do n.º de patentes registadas na área do ambiente	N.º	INPI	Anual
Evolução da despesa em I&D por objetivo socioeconómico	%	DGEEC	Anual
FCD 2: Energia e eficiência energética			
Evolução do consumo de energia na administração local	%	SI PRL	Anual

Indicador	Unidade	Fonte de informação	Frequência de reporte
N.º de Planos de Racionalização dos Consumos de Energia na administração local apoiados pelo PRL	N.º	SI PRL	Anual
Evolução do consumo de energia primária	%	DGEG	Anual
Evolução do consumo de energia elétrica	%	INE	Anual
Evolução do consumo de energia de origem fóssil	tep	DGEG	Anual
Evolução da intensidade energética da economia em energia final	%	INE	Anual
Evolução das perdas nos sistemas de abastecimento de água	%	INE	Anual
Evolução da reutilização de água residual tratada	%	ERSAR	Anual
N.º de projetos apoiados pelo PRL para a promoção da circularidade alimentar e de padrões de produção e consumo sustentáveis	N.º	SI PRL	Anual
Investimento em projetos apoiados pelo PRL para a promoção da circularidade alimentar e de padrões de produção e consumo sustentáveis	€	SI PRL	Anual
Índice de qualidade do ar	%	APA/QualAr	Anual
Evolução da concentração de NO ₂	µg/ m ₃	CCDR LVT	Anual
Evolução da concentração de PM ₁₀	µg/ m ₃	CCDR LVT	Anual
Evolução da concentração de PM _{2,5}	µg/ m ₃	CCDR LVT	Anual
FCD3: Coesão e desenvolvimento social			
N.º de projetos apoiados pelo PRL para a expansão de pequenas e microempresas existentes ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios na área do ambiente	N.º	SI PRL	Anual
Investimento em projetos apoiados pelo PRL para a expansão de pequenas e microempresas existentes ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios na área do ambiente	€	SI PRL	Anual
Participantes em ações de formação modular certificada na área do ambiente apoiadas pelo PRL	N.º	SI PRL	Anual
População abrangida por iniciativas de promoção da inclusão social apoiadas pelo PRL, por tipo de iniciativa	N.º	SI PRL	Anual
N.º de infraestruturas de ensino apoiadas pelo PRL em que foram adotadas medidas de eficiência energética	N.º	SI PRL	Anual
FCD4: Património natural e cultural			
Área intervencionada face à área total classificada e/ou integrada na estrutura ecológica	%	SI PRL	Anual

Indicador	Unidade	Fonte de informação	Frequência de reporte
Investimento em projetos com critérios de valoração dos serviços de ecossistemas afetados apoiados pelo PRL	€	SI PRL	Anual
Investimento em projetos de execução de infraestruturas verdes para a conservação da natureza, biodiversidade e património natural, apoiados pelo PRL	€	SI PRL	Anual
N.º de projetos implementados para restabelecimento da conectividade ecológica	N.º	SI PRL	Anual
Grau de integridade e continuidade (conectividade estrutural) face à superfície total da estrutura ecológica regional	%	ICNF	Anual
Evolução da área ocupada por espécies autóctones e por formação florestal	%	ICNF	Anual
Investimento em projetos que resultem na beneficiação da área ocupada por espécies com estatuto de proteção apoiados pelo PRL	€	SI PRL	Anual
Percentagem de controlo das espécies invasoras face à superfície total (ha) afetada pelas espécies exóticas invasoras	%	ICNF	Anual
Investimento em projetos de turismo de natureza apoiados pelo PRL	€	SI PRL	Anual
Evolução do n.º de visitantes nas infraestruturas das áreas protegidas apoiadas pelo PRL	%	ICNF	Anual
Evolução do n.º de visitantes nos equipamentos museológicos apoiados pelo PRL	%	Municípios da AML com projetos aprovados	Anual
FCD5: Mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas			
N.º de planos municipais de adaptação às alterações climáticas apoiados pelo PRL	N.º	SI PRL	Anual
N.º de projetos de adaptação às alterações climáticas implementados por tipologia e por município	N.º	SI PRL	Anual
Investimento em projetos de adaptação às alterações climáticas apoiados pelo PRL	€	SI PRL	Anual
População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima	N.º	SI PRL	Anual
Evolução do n.º de ocorrências na AML por tipologia e natureza de riscos	N.º	ProCiv	Anual

7. Conclusões

A AAE do PRL 2021-2027 pretendeu identificar e avaliar as consequências ambientais deste Programa durante a sua elaboração e antes da sua adoção.

No âmbito desta avaliação procedeu-se à identificação e apresentação de cinco FCD (inovação e competitividade; energia e eficiência energética; coesão e desenvolvimento social; património natural e cultural; e mitigação de riscos e adaptação às alterações climáticas), tendo por base a análise integrada dos vários elementos de base estratégica, nomeadamente as Questões Estratégicas do Programa, o Quadro de Referência Estratégico e as Questões Ambientais e de Sustentabilidade relevantes. Os FCD identificados constituíram assim os temas fundamentais sobre os quais a AAE se debruçou, através da respetiva estruturação da análise e da avaliação de oportunidades e riscos.

Nesta AAE foi assim dado ênfase ao carácter estratégico das questões ambientais para a elaboração e posterior concretização do PRL 2021-2027, pretendendo-se uma avaliação interventiva e conseqüentemente indutora de comportamentos ambientais no âmbito dos investimentos preconizados no Programa.

A análise desenvolvida na presente avaliação permite extrair um conjunto de conclusões que, no conjunto, apontam para um efeito claramente positivo associado à implementação do PRL 2021-2027. Com efeito, o Programa:

- Constitui um instrumento enquadrador de um conjunto alargado de medidas direcionadas para a promoção de atividades de investigação, desenvolvimento e **inovação**, contribuindo assim para o fortalecimento da **competitividade** económica regional;
- Contribui para o cumprimento do conjunto de metas relacionadas com o domínio da **energia**, estabelecidas em documentos estratégicos como o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC) 2030, mediante a implementação das medidas preconizadas, com impacto significativo na melhoria da **eficiência energética** e na redução das emissões de gases com efeito de estufa da AML;
- Contribui para o **desenvolvimento social** da AML, com a implementação de medidas direcionadas para a melhoria das qualificações e da empregabilidade, para o reforço da cobertura de serviços sociais e de saúde, e para a promoção da inclusão de grupos e comunidades vulneráveis, assegurando deste modo uma maior resiliência e **coesão**, social e territorial;

- Contribui para a preservação do **património natural** e das estruturas ecológicas metropolitanas e municipais, contribuindo igualmente para a valorização e promoção do **património cultural**;
- Contribui para a **mitigação de riscos** de desastres através de intervenções que visem reduzir as vulnerabilidades da AML às **alterações climáticas**, e aprofundar o conhecimento e disseminar informação sobre os efeitos das alterações climáticas e seus impactes no território, nas pessoas e nos diversos setores de atividade.

A estratégia do PRL 2021-2027 representa, deste modo, um importante contributo para a consecução da Estratégia Portugal 2030, não se identificando riscos ambientais significativos que possam resultar da sua operacionalização.

